

RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.835 - RJ (2019/0318228-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**
ADVOGADOS : **LEONARDO FERREIRA LÖFFLER - RJ148445**
 : **GABRIEL NUNES RODRIGUES PITTA - RJ130994**
RECORRIDO : **CONDOMINIO DO EDIFICIO REAL BRASILEIRO**
ADVOGADO : **RENATO GOMIDES DIAS JÚNIOR - RJ138021**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE apresentado em desafio a acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ACOLHIDA. EXCESSO NA EXECUÇÃO AFASTADO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. FIXAÇÃO. ART. 85, § 2º, DO NCPC. PERCENTUAL INCIDENTE SOBRE O PROVEITO ECONÔMICO OBTIDO, QUE CORRESPONDE AO EXCESSO DE EXECUÇÃO RECONHECIDO NO ACOLHIMENTO DO INCIDENTE COM EXCLUSÃO DA MULTA FIXADA POR DESCUMPRIMENTO DA TUTELA. PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO.

1. “ Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos: I - o grau de zelo do profissional; II - o lugar de prestação do serviço; III - a natureza e a importância da causa; IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.” (Artigo 85 § 2 do CPC/2015);

2. São cabíveis honorários advocatícios em fase de cumprimento de sentença, haja ou não impugnação, depois de escoado o prazo para pagamento voluntário a que alude o art. 475-J do CPC, que somente se inicia após a intimação do advogado, com a baixa dos autos e a aposição do "cumpra-se" (REsp. n.º 940.274/MS). 1.2. Não são cabíveis honorários advocatícios pela rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença. 1.3. Apenas no caso de acolhimento da impugnação, ainda que parcial, serão arbitrados honorários em benefício do executado, com base no art. 20, § 4º, do CPC. 2. Recurso especial provido. (REsp 1134186 / RS - RECURSO ESPECIAL 2009/0066241- 9 - Min LUIS FELIPE SALOMÃO – Julgamento em 01/08/2011);

3. As astreintes, por serem um meio de coerção indireta ao cumprimento do julgado, não ostentam caráter condenatório,

tampouco transitam em julgado, o que as afastam, na vigência do CPC/1973, da base de cálculo dos honorários advocatícios. 6. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.(REsp 1.367.212/RR, Rel Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, STJ, julgado: 06/02/2018);

4. In casu, devem os honorários advocatícios devidos em razão do acolhimento da impugnação ser fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do proveito econômico obtido, ou seja, sobre o valor do excesso de execução que restou reconhecido no provimento do incidente, excluído o valor da multa por descumprimento da obrigação, devendo incidir sobre os valores referentes ao ICMS cobrado a maior nas faturas dos meses de julho/2003 a dezembro/2004;

5. Recurso parcialmente provido, nos termos do voto do Relator.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 56-58).

Em suas razões de recurso especial, a parte recorrente alegou violação dos arts. 489, II e III, e 1.022, II, do CPC/2015; e 85, § 2º, do CPC/2015, defendendo, além de negativa de prestação jurisdicional, a incidência dos honorários advocatícios sucumbenciais também sobre o valor de multa afastada, por integrar o benefício econômico alcançado pelo acolhimento da impugnação ao cumprimento de sentença.

É o relatório. Decido.

Tendo em vista que a ação em fase de cumprimento de sentença está relacionada repetição de indébito decorrente de critério incorreto para tarifação da prestação de serviço público de fornecimento de água e tratamento de esgoto, determino sejam os autos encaminhados para redistribuição a um dos Ministros das Turmas integrantes da Primeira Seção, nos termos do art. 9º, § 1º, IX, X e XIV, do RISTJ.

Cumpra-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator